



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Covilhã | Portugal

Plano de Atividades e Orçamento para 2014



Índice

Nota de Abertura	5
INTRODUÇÃO	7
I - EIXOS ESTRATÉGICOS E MEDIDAS.....	8
a) CUMPRIMENTO DA MISSÃO	9
1. Valorização do Ensino-Aprendizagem	9
2. Consolidação da Dinâmica de Investigação	11
3. Reorganização dos Serviços	12
b) DINAMIZAÇÃO DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA.....	16
4. Governação e Gestão Interna	16
5. Afirmação da Identidade da UBI.....	16
6. Apoio Social	18
c) COMPROMISSO COM A REGIÃO	22
7. Projetos e Transferência de Conhecimentos	22
8. Articulação Regional e Nacional.....	24
d) INTERNACIONALIZAÇÃO.....	25
9. Captação de Estudantes e Investigadores Estrangeiros	25
9.1 Estudantes.....	25
9.2. Professores e Investigadores.....	26
II - ORÇAMENTO	27
1. ENQUADRAMENTO - FINANCIAMENTO DAS UNIVERSIDADES	27
1.1. Enquadramento.....	27
1.2. Financiamento das Universidades Portuguesas	33
2. O ORÇAMENTO DA UBI PARA 2014.....	34
2.1. Linhas Orientadoras do orçamento da UBI para 2014.....	34
2. 2. Financiamento da UBI.....	35
2.3. Origem e Aplicação de Fundos - Evolução	36
2.4. Estrutura da receita	39
2.5. Estrutura da despesa	42
3. ORÇAMENTO DOS SASUBI PARA 2014.....	44
3.1. Estrutura da Receita.....	45
3.2. Estrutura da Despesa	46
4. MAPAS DE PESSOAL.....	48



Índice de Tabelas

Tabela 1 - Evolução da dotação OE para o Orçamento de funcionamento das Universidades Públicas - 2005 a 2013	33
Tabela 2 - UBI: Evolução real da Dotação OE até 2012 - atualizações salariais e contribuições CGA em 2013 - cortes no financiamento, devido a reduções salariais e cativações	36
Tabela 3 - Origem de Fundos - evolução e pesos.....	36
Tabela 4 - Aplicação de Fundos - evolução e pesos.....	38
Tabela 6 - Distribuição da receita por fonte de financiamento	41
Tabela 7 - Despesa - variação 2013-2014.....	42
Tabela 8 - Despesas correntes e investimento - variação 2013-2014.....	43
Tabela 9 - Repartição do orçamento por rúbricas	43
Tabela 10 - Evolução execução orçamental SASUBI	44
Tabela 11 - Receita SASUBI - variação 2013-2014.....	45
Tabela 12 - Despesa SASUBI - variação 2013-2014	46
Tabela 13 - Pessoal Não Docente	48
Tabela 14 - Pessoal Docente	48
Tabela 15 - Pessoal SASUBI.....	49



Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Evolução da dotação OE para o Orçamento de Funcionamento das Universidades Públicas - 2005 a 2013	33
Gráfico 2 - Origem de Fundos - evolução.....	37
Gráfico 3 - Aplicação de Fundos - evolução.....	39
Gráfico 5 - Receita - peso - variação 2013-2014	40
Gráfico 7 - Receita SASUBI - variação 2013-2014.....	45
Gráfico 8 - Despesa SASUBI - variação 2013-2014.....	47



Nota de Abertura

As universidades públicas portuguesas defrontam-se em 2014 com dois fatores que, vindos de trás, condicionam fortemente a sua atuação: os constrangimentos financeiros decorrentes do Orçamento Geral do Estado e a reorganização do ensino superior no âmbito de uma racionalização da oferta educativa. A Universidade da Beira Interior é diretamente afetada e tem de os encarar como desafios a vencer, de modo a não prejudicar a sua missão específica de ensinar, investigar e prestar serviços à comunidade, e de o fazer com altos padrões de qualidade.

Em 2013, a UBI teve uma cativação da 2,5% nas transferências do OE, no valor de 500.186 €. Até ao último momento, e na sequência da ida do CRUP à Assembleia da República em 5 de novembro, aquando da discussão do OE para 2014, e da reunião com o Sr. Primeiro-Ministro em 26 de novembro, houve a expectativa de que se procedesse à respetiva descativação. Tal não aconteceu e o despacho do Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, de 23 de dezembro de 2013, que rejeitou o nosso pedido de descativação, obrigou a que a UBI fechasse o ano de 2013 com um saldo negativo. Tal facto foi profundamente lesivo para a UBI na medida em que penalizou a boa gestão e a parcimónia que sempre a caracterizaram. Os saldos angariados no passado são um instrumento imprescindível de investimentos e de candidaturas a projetos nacionais e europeus, pelo que o recurso a esses saldos para colmatar défices no normal funcionamento da instituição é preocupante, pois coloca em causa a participação própria nos projetos comunitários e dificulta a respetiva capacidade de execução.

A redução em 8,3% das transferências do OE para 2014 (de 22.226.094 para 20.262.439 euros) agrava ainda mais a situação orçamental da UBI e coloca em risco o normal funcionamento da universidade. Há Departamentos que se encontram no limite da distribuição do serviço docente e Serviços que, necessitando com urgência de reforço, carecem dos recursos humanos necessários ao cabal cumprimento das suas funções.

Por outro lado, a reorganização do ensino superior condiciona em particular as instituições do Interior, que enfrentam uma forte diminuição dos candidatos aos seus



cursos. A inexistência de um órgão superior na regulação do ensino superior, nomeadamente no lado da oferta, função outrora assumida pela Direção-Geral do Ensino Superior, é particularmente gravosa para as instituições situadas fora dos grandes centros urbanos do litoral. O progressivo encerramento de cursos por falta de alunos, na sequência do Despacho de 11 de junho de 2012 do Secretário de Estado do Ensino Superior sobre a oferta formativa, é uma ameaça de morte para Departamentos com equipas de docentes e investigadores que levaram dezenas de anos a constituir e que dispõem de infraestruturas de ensino e investigação de altíssima qualidade. A necessária racionalização da oferta não pode ser feita pelo lado da procura, sob pena de aumentar as assimetrias regionais, despovoar ainda mais o Interior do país e atentar contra a coesão nacional. A UBI é uma universidade equilibrada na diversidade da oferta formativa, diversidade que lhe tem permitido fazer face às oscilações da procura. Se porventura essas oscilações ocasionais levassem ao encerramento definitivo de estruturas pedagógicas e científicas, então era o próprio futuro da universidade que ficaria em perigo. A reorganização da rede do ensino superior deve necessariamente ter em conta políticas territoriais. A criação do Conselho Superior do Ensino Superior, prevista na Lei Orgânica do Ministério, é fundamental para uma boa e justa distribuição da rede por todo o território nacional.

A mais-valia que a UBI constitui por si só, ao serviço da formação e investigação nacional e internacional, é altamente potenciada pelo papel único que tem como instrumento de desenvolvimento para o Interior e para toda a região. Isso conseguir-se-á melhor mediante o estreitamento e reforço das parcerias com as instituições de ensino superior da região, nomeadamente universidades da região centro, Coimbra e Aveiro, e do arco do interior, Évora e UTAD, e politécnicos da Guarda e Castelo Branco.



INTRODUÇÃO

O Plano de Atividades que agora se apresenta procura balizar a atividade que a equipa reitoral se propõe realizar. O objetivo é permitir que o Conselho Geral e toda a comunidade universitária possam monitorizar e fiscalizar o cumprimento do conjunto de compromissos vertidos no presente documento.

Os principais estrangulamentos já referidos no Plano de Ação 2013-17 (decréscimo do número de candidatos ao ensino superior e redução do financiamento estatal) mantêm-se atuais, constituindo, por isso, as duas maiores ameaças externas.

No primeiro caso, subsiste a expectativa de que a drástica queda de candidatos verificada em 2013 resulte de uma combinação momentânea de dois fatores cruciais: a situação económica das famílias e os maus resultados nos exames nacionais que, contudo, poderá estabilizar ou até melhorar.

No segundo caso existe a certeza que a situação se agravará, dado que o OE transferido para a UBI no ano de 2014 teve uma redução extremamente gravosa.

Considerando a situação enunciada, delineou a UBI um conjunto de estratégias que procuram responder às ameaças, melhorando as condições de atratividade de alunos e a captação de receitas próprias seja no âmbito do novo Quadro Comunitário de Apoio ou através da prestação de serviços.

A Universidade, como instituição produtora de conhecimento, é uma organização que gera oportunidades baseadas no conhecimento, devendo estar comprometida com o desenvolvimento. Para isso deve contar com os recursos que permitam realizar uma formação e investigação de qualidade, dispor dos meios institucionais e organizativos adequados, estimular as parcerias universidade/empresa, promover a transferência de conhecimento através da divulgação e do estímulo ao empreendedorismo. A universidade deve proporcionar condições para que todos os seus membros se comprometam com os seus objetivos, sejam capazes de assumir riscos e estejam orientados para a obtenção de resultados.

O documento que agora se apresenta fundamenta-se nas orientações políticas e estratégicas estabelecidas nas Grandes Opções do Plano para 2014, na Estratégia EU 2020, no Plano de Desenvolvimento Estratégico para a Universidade da Beira Interior 2012-2020 e no Plano de Ação 2013-17, recentemente aprovado pelo Conselho Geral.



I - EIXOS ESTRATÉGICOS E MEDIDAS

No Plano de Ação da UBI foram referidos três vetores no âmbito dos quais o reitor orienta a sua ação. Neste documento optou-se por autonomizar um quarto vetor - a internacionalização - por ser transversal a todos os outros, mas também porque nos contextos demográfico e socioeconómico anteriormente referidos merece uma análise diferenciada.

Cumprimento da missão:

1. Valorização do ensino e da aprendizagem;
2. Consolidação da investigação;
3. Reorganização dos serviços.

Dinamização da comunidade universitária:

4. Governação;
5. Afirmação da identidade da UBI;
6. Apoio Social.

Compromisso com a região:

7. Projetos e transferência de conhecimento;
8. Articulação regional e nacional.

Internacionalização:

9. Captação de estudantes e investigadores estrangeiros;
10. Empregabilidade internacional.

Estes quatro eixos são coordenados pelos vários elementos da equipa reitoral, mas a concretização das ações que seguidamente se elencam dependem do envolvimento de toda a comunidade.



a) CUMPRIMENTO DA MISSÃO

1. Valorização do Ensino-Aprendizagem

A primeira missão de uma universidade é o ensino. É para isso que anualmente milhares de candidatos concorrem ao Concurso Nacional de Acesso, procurando formação científica e tecnológica, mas também humana e cultural. O objetivo dos candidatos é atingir um nível educativo que lhes permita construir o seu próprio futuro com base nos conhecimentos adquiridos.

Para que os alunos cumpram as suas expectativas, compete às universidades criarem as melhores condições para os que nela trabalham e estudam, sendo os primeiros essenciais para o sucesso dos segundos.

A criação de boas condições para o estudo e investigação depende de duas variáveis: excelência dos recursos humanos e qualidade das infraestruturas. No campo dos recursos humanos, a Universidade deve procurar que professores e funcionários tenham as melhores condições para o desempenho das suas funções, disponibilizando espaços de trabalho, formação ao longo da vida e condições de promoção na carreira. No que se refere a infraestruturas, a universidade deve promover a manutenção do seu extenso património, mas deve igualmente assegurar a renovação dos equipamentos que entretanto vão ficando obsoletos.

Com esses objetivos, no ano de 2014 propõe-se concretizar as seguintes ações:

A1.1.	Reforço da presença de professores seniores nas unidades curriculares iniciais dos cursos de licenciatura
A1.2.	Renovação de equipamentos laboratoriais
A1.3.	Criação de salas de trabalho para grupos de estudo nas cinco faculdades
A1.4.	Instalação/Renovação de equipamentos multimédia nas salas de aulas das várias Faculdades
A1.5.	Padronização de um calendário escolar plurianual



A1.6.

Alteração do RAD, envolvendo todos os conselhos científicos e comissões científicas no processo de alteração

A1.7.

Alteração dos regulamentos de Doutoramento e de Mestrado

A1.8.

Apoio à submissão e relatórios de autoavaliação e/ou criação de novos ciclos de estudos

A1.9.

Preparação das visitas das Comissões de Avaliação Externa



2. Consolidação da Dinâmica de Investigação

A primeira missão de qualquer universidade é o ensino, mas é na investigação que se diferencia dos restantes graus de ensino. Cada universidade é um centro de ciência, tendo a obrigação de criar o ambiente imprescindível ao fortalecimento das relações entre investigadores, instituições e empresas.

O ICI - Instituto Coordenador da Investigação apoiou o processo de registo e submissão das candidaturas das unidades de investigação e desenvolvimento (UID) da UBI (incluindo novas unidades), ao processo de avaliação em 2014 e posterior financiamento nos triénios 2015-2016-2017 e 2018-2019-2020, promovido pela FCT em final de 2013. As UID existentes também procederam a submissão para financiamento em 2014.

Várias sugestões foram apresentadas para melhoria do funcionamento do ICI e estão a ser gradualmente implementadas. Para 2014 são propostas as seguintes ações:

A2.1.	Abertura de concursos para professor Associado ou Catedrático, dentro dos limites orçamentais
A2.2.	Substituição dos prémios científicos e pedagógicos por bolsas de doutoramento por mérito a criar nas Unidades de Investigação das diferentes Faculdades
A2.3.	Integração dos 3 ^{os} Ciclos de Estudo no âmbito das competências e atividades do Instituto Coordenador de Investigação
A2.4.	Estudo e preparação da Escola Doutoral da UBI
A2.5.	Incentivo às candidaturas a Investigadores da FCT, nos diferentes níveis
A2.6.	Reforço da equipa do Gabinete de Acompanhamento de Projetos
A2.7.	Início de funcionamento do UBIMedical
A2.8.	Promoção de workshops sobre elaboração de candidaturas a projetos competitivos internacionais, em particular o HORIZON 2020
A2.9.	Estabelecimento de parcerias com entidades académicas, autárquicas e empresariais em candidaturas conjuntas aos fundos 2014-2020 (RIS 3)



3. Reorganização dos Serviços

Para além do ensino e da investigação, a Universidade oferece aos seus alunos, docentes e funcionários um conjunto de serviços que têm como missão primordial facilitar os processos que levam os utentes a procurá-los. Os serviços ideais devem ser transparentes na forma como gerem os processos, mas também na sua ação junto dos utentes, a quem interessa apenas a qualidade do serviço prestado. O estabelecimento de regras claras, a criação de canais de comunicação com os utentes e a simplificação e desmaterialização dos processos são essenciais para a melhoria dos serviços de apoio da UBI.

Com essa finalidade, em 2014 serão desenvolvidas as seguintes ações:

3.1. Serviços Académicos

O papel deste sector assume especial relevância, uma vez que os Serviços Académicos exercem funções de apoio no âmbito pedagógico à atividade escolar dos alunos, nos diversos níveis de ensino, e na organização dos processos relativos à atividade académica dos docentes. Como tal, haverá que conceder especial atenção aos meios de relacionamento entre o serviço e os seus interlocutores, seja de forma presencial ou virtual, agilizando procedimentos e criando uma cultura de maior envolvimento entre os departamentos e os Serviços Académicos.

- | | |
|---------|---|
| A3.1.1. | Envolvimento, autonomização e responsabilização dos funcionários nos processos académicos |
| A3.1.2. | Envolvimento dos secretariados departamentais na ação dos Serviços Académicos, mediante formação <i>in loco</i> e maior participação nos procedimentos burocráticos, atualmente tarefa dos docentes |
| A3.1.3. | Alteração do espaço e da estrutura de recursos humanos, com a melhoria das condições de atendimento e a criação de um balcão para triagem e assuntos rápidos |
| A3.1.4. | Melhoria da aplicação mUBI para Android e desenvolvimento de uma versão para iOS |



3.2. Biblioteca

Desde a fundação das Universidades que as Bibliotecas se constituíram como espaços privilegiados de investigação, criação e preservação do conhecimento, bem como de consolidação do espírito e do ambiente universitário. Mas tão ou mais importante que os vários espólios e tipos de documentos nelas conservados e hoje disponibilizados de diversas formas, é todo o ambiente que as caracteriza.

A Biblioteca da UBI, comparativamente com outras bibliotecas universitárias seculares, é ainda muito jovem e por isso precisa de consolidar-se. Nessa medida, a presente Reitoria deu já início ao processo de elevação da dignidade institucional da Biblioteca, através da sua conversão num centro autónomo da UBI, que passou a abranger os Serviços Gráficos na sua esfera de atuação, e da criação da figura do Professor Bibliotecário.

Todavia, há que prosseguir esta dinâmica, com a implementação das seguintes ações:

- | | |
|---------|--|
| A3.2.1. | Estabelecimento de um ambiente de estudo individual nas salas de leitura e criação de espaços de estudo em grupo |
| A3.2.2. | Alargamento do período de abertura dos espaços de estudo em grupo durante o sábado |
| A3.2.3. | Abertura do bar durante todo o período de funcionamento da Biblioteca |
| A3.2.4. | Integração dos Serviços Gráficos na esfera de atuação da Biblioteca |



A3.3. Serviços Técnicos

Os Serviços Técnicos da UBI (STUBI) têm como missão planear gerir e manter em perfeitas condições o campus universitário da UBI, pelo que a sua intervenção é claramente transversal, de suporte à quase totalidade das atividades da Universidade. Dadas as competências gerais e características dos STUBI, o conteúdo dos planos de atividades dos STUBI tem uma natureza acentuadamente especializada, decorrente da especificidade das atribuições que lhes estão cometidas.

Num contexto de restrições financeiras, é importante ter instalações de qualidade e devidamente cuidadas, pelo que se pretende realizar anualmente planos de manutenção e implementar medidas de redução de exploração. Além disso, nos próximos tempos é necessário realizar estudos de carácter inovador e diferenciador com vista à redução de custos, sempre com o objetivo de atingir maior eficiência e eficácia, acautelando todos os investimentos que venham a ser feitos e mantendo a qualidade dos serviços prestados.

- | | |
|---------|--|
| A3.3.1. | Prestação de serviços internos nas áreas de construção civil, eletricidade, mecânica, segurança, higienização, AVAC e jardinagem |
| A3.3.2. | Substituição e remodelação da rede de esgotos dos pisos 2 e 3 do Departamento de química |
| A3.3.3. | Impermeabilização de terraços de cobertura em vários edifícios da universidade |
| A3.3.4. | Licenciamento/retificação da instalação de BT e PT do edifício Ernesto Cruz |
| A3.3.5. | Projeto para a recolha seletiva de resíduos não perigosos |
| A3.3.6. | Desenvolvimento de estudos visando a substituição do sistema de aquecimento da Universidade, num contexto de redução de custos, através de candidaturas a medidas de eficiência energética |



A3.4. Qualidade

Adotando como referência as boas práticas europeias ao nível das políticas de qualidade no Ensino Superior (ENQA) e cumprindo as disposições nacionais em vigor nas matérias das Instituições do Ensino Superior e da sua avaliação, irão estabelecer-se padrões e estratégias de Qualidade que utilizam processos de monitorização, reflexão e posterior intervenção, com vista à melhoria contínua, perspetivando a certificação global da Universidade.

A3.4.1.	Coordenação dos processos de criação, alteração e extinção de ciclos de estudos no contexto de um Plano Estratégico da Universidade
A3.4.2.	Acompanhamento dos processos inerentes à avaliação/acreditação de ciclos de estudos junto da A3ES e outras entidades externas
A3.4.3.	Revisão do sistema de aplicação dos Inquéritos aos Estudantes e sensibilização quanto à importância do seu preenchimento, para subsequente análise da Qualidade da Unidade Curricular e do Desempenho do Docente
A3.4.4.	Promoção da elaboração do Relatório anual de autoavaliação de cada ciclo de estudos, incluindo uma análise dos pontos fortes e fracos, e propostas de atuação futura
A3.4.5.	Dinamização da articulação do Gabinete de Qualidade com os órgãos das Unidades Orgânicas
A3.4.6.	Reorganização do Sistema Interno de Gestão de Qualidade da Universidade da Beira Interior (SIGQUBI) e coordenação dos procedimentos relativos à sua acreditação
A3.4.7.	Definição da Comissão de Acompanhamento do SIGQUBI
A3.4.8.	Revisão e Atualização da Política e do Manual de Qualidade da UBI
A3.4.9.	Criação de condições simples para a participação ativa de toda a comunidade académica no SIGQUBI, por forma a gerar processos de melhoria contínua de qualidade, traduzidos na certificação das estruturas de suporte aos estudantes



b) DINAMIZAÇÃO DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA

4. Governação e Gestão Interna

A boa administração dos recursos disponíveis é fundamental. Num cenário de fortes restrições orçamentais, com os cortes na dotação orçamental (OE) e no financiamento da investigação, uma boa governança é a base para um desenvolvimento sustentado da universidade. A necessária redução dos custos de funcionamento implica alterações no funcionamento de alguns setores, além da implementação de medidas de eficiência energética, já referidas.

Para 2014 estão previstas as seguintes ações:

A4.1. Continuação do processo de desmaterialização dos processos

A4.2. Revisão do Regulamento Interno de Funcionamento dos Órgãos da UBI

5. Afirmação da Identidade da UBI

Uma universidade jovem, sem o lastro identitário de séculos de história, tem de vincar permanentemente a sua identidade enquanto comunidade dos que nela estudam e trabalham. É preciso que todos sintam orgulho na pertença a uma comunidade, mas para isso é necessário que ela tenha uma identidade diferenciadora e que a comunidade lhe reconheça um papel basilar no meio em que se insere. O primeiro passo para que isso aconteça é que todos a conheçam, o que nem sempre sucede. A universidade deve dar-se a conhecer aos que nela estudam e trabalham, mas também à região e ao país, potenciando as suas qualidades e dessa forma aumentando a sua atratividade.



Para 2014 estão previstas as seguintes ações:

A5.1.	Organização de visitas guiadas às instalações da universidade
A5.2.	Dinamização dos espaços sociais: <ul style="list-style-type: none">• Sessões de cinema para crianças aos Domingos;• Dinamização do Espaço Malufa e do Edifício Melo Castro;• Organização de espetáculos culturais e desportivos (circuitos de manutenção) na área verde da Reitoria
A5.3.	Criação de um Clube de Professores
A5.4.	Apoio à revitalização da Casa do Pessoal da UBI
A5.5.	Apoio ao Encontro Anual de Antigos Alunos (outubro)
A5.6.	Edição de uma agenda mensal de atividades culturais a decorrer na UBI e nos concelhos vizinhos
A5.7.	Alteração do local de realização da Bênção das Pastas para um espaço mais amplo
A5.8.	Retoma da cerimónia de atribuição de diplomas na tarde da Bênção das Pastas
A5.9.	Abertura e dinamização da Loja da Universidade no Espaço Serra Shopping para venda do merchandising da UBI
A5.10.	Reforço da presença em feiras vocacionais, envolvendo mais os alunos na promoção da UBI
A5.11.	Oferta de um portefólio de atividades dos diversos cursos para divulgação junto dos alunos do secundário que pretendam visitar a UBI
A5.12.	Renovação do portal da UBI, adotando uma arquitetura de informação mais direcionada para os diferentes públicos



6. Apoio Social

A conceção da universidade como comunidade tem implícita a existência da Ação Social. Residências, cantinas, bolsas de estudo e apoios à cultura, à saúde e ao desporto complementam as salas de aula, bibliotecas e laboratórios, num todo fundamental para o bom desempenho escolar.

A Ação Social assume particular importância no cenário de grandes dificuldades económicas para as famílias portuguesas, pelo que a Universidade tudo deve fazer para evitar o abandono escolar, oferecendo condições para que todos os estudantes tenham iguais condições de estudo. A Ação Social assume particular importância no cenário de grandes dificuldades económicas para as famílias portuguesas, pelo que a Universidade tudo deve fazer para evitar o abandono escolar.

O ensino universitário projeta-se para além da sala de aula. A base de uma sociedade democrática é a formação dos seus cidadãos, mas também o conhecimento resultante da participação em eventos culturais e desportivos, e da colaboração em organizações. É por isso dever da universidade apoiar as atividades organizadas pelos departamentos, pela associação académica e pelos núcleos, mas também as instituições culturais e desportivas da região. A interação dos professores e estudantes com a sociedade regional e o envolvimento dos departamentos na resolução de problemas locais estimulam uma cidadania ativa, fortalecem os laços da universidade com a região e criam um ambiente acolhedor para os estudantes deslocados.

As ações de cariz social previstas para 2014 são as seguintes:

A6.1. No Sector de Bolsas

A6.1.1.

Aumento da visibilidade do sector de apoio à candidatura a bolsas de estudo e ao Fundo de Apoio Social

A6.1.2.

Continuidade do processo de simplificação da formalização de candidaturas a bolsa de estudos, promovendo a transparência e comparabilidade, em termos nacionais, dos processos de gestão de bolsas através da aplicação da plataforma eletrónica de Gestão de Bolsas da DGES



A6.1.3. Reforço das verbas do Fundo de Apoio Social de forma a acudir a casos de emergência social não resolvidos por atribuição de bolsas

A6.1.4. Remodelação do arquivo do setor de bolsas

A6.2. Setor de Alimentação e Nutrição

A6.2.1. Elaboração de planos de ação de curto prazo de forma a aperfeiçoar as condições do serviço de alimentação, visando a melhoria da qualidade alimentar:

- fornecimento de refeições equilibradas e saudáveis tendo em consideração as necessidades alimentares e gostos da população alvo;
- realização de semanas temáticas, de modo a promover produtos da região, novos alimentos e culturas gastronómicas diferentes

A6.2.2. Promoção de ações de sensibilização para uma alimentação saudável junto da comunidade académica

A6.2.3. Promoção de ações de formação e sensibilização ao pessoal deste sector visando a melhoria do serviço prestado

A6.2.4. Redimensionamento dos espaços de alimentação ajustando cada unidade prestadora de serviços à procura expressa, através da gestão equilibrada do pessoal, das ementas e dos horários

A6.2.5. Reparação/requalificação de instalações e equipamentos de restauração

A6.2.6. Continuidade da implementação das normas HACCP, melhorando a qualidade do serviço prestado nas instalações e contribuindo para a certificação das atividades alimentares

A6.2.7. Continuidade do Projeto "Rede de Alimentação Saudável: na Universidade e nas Escolas" em conjunto com escolas da região, formalizando protocolos

A6.3. Setor de Alojamento

A6.3.1. Criação de um Conselho de Residências, composto por residentes, que funcionará como órgão consultivo para as questões relativas às residências universitárias

A6.3.2. Requalificação das residências universitárias através da beneficiação das instalações, nomeadamente em espaços comuns de estudo ou lazer, melhoria do conforto, da higiene e da segurança residencial assim como



	a reabilitação de quartos degradados
A6.3.3.	Revisão de regulamentos e informações internas nas residências de estudantes
A6.3.4.	Elaboração de planos de segurança de todos os edifícios dos SASUBI (manutenção) e rever os sistemas de segurança e de incêndio
A6.3.5.	Estabelecimento de um Plano de Manutenção, gerido pelo SigTEC da UBI ou outro e elaboração de uma plano plurianual de manutenção de edifícios e correta manutenção dos equipamentos e materiais existentes de acordo as disposições legais vigentes, adotando as normas certificadoras da qualidade e eficiência energética
A6.3.6.	Introdução de um programa de gestão integrado da Rede de Alojamento com a possibilidade de gerir candidaturas, pedidos de reserva de estudantes e a respetiva conta corrente
A6.3.7.	Planear a introdução de controlo eletrónico de acessos dos utentes às residências e quartos através do cartão da UBI
A6.3.8.	Criação de espaços de trabalho dedicados aos núcleos de estudantes

A6.4. Setor de Atividades Culturais e Desportivas

A6.4.1.	Reorganização do setor de desporto, com o Departamento de Ciências de Desporto a assumir a coordenação técnica do setor
A6.4.2.	Realização de atividades desportivas de competição, ocupação de tempos livres ou de lazer e culturais, de forma a promover a oferta desportiva e capitalizar a imagem da instituição e da região a nível nacional e internacional. Entre outros, destacam-se desde já os seguintes eventos previstos para 2014: <ul style="list-style-type: none">• Organização do UBI Open-day - promoção das atividades de lazer junto da comunidade académica, com o objetivo de aumentar a prática desportiva na UBI (início 2º semestre letivo);• Organização de campos de Férias da UBI - Páscoa, Verão e Natal 2014 (FUBI);• Organização da Caminhada solidária (março);
A6.4.3.	Equiparação das atividades culturais às desportivas em termos de financiamentos, tendo por base o regulamento de apoio a atividades extracurriculares da UBI (GRP) e as diretivas da equipa reitoral
A6.4.4.	Revisão dos protocolos de cooperação institucional e desportiva entre a UBI e federações nacionais, associações distritais, clubes de dimensão



- nacional
- A6.4.5. Melhoria das infraestruturas desportivas através da modernização dos pavilhões gimnodesportivos (reparação de coberturas, balneários, piso e bancadas)
- A6.4.6. Elaboração de projetos para construção de novas unidades desportivas

A6.5. Setor de Apoio Psicológico e Empreendedorismo Social

- A6.5.1. Revitalização do Gabinete de Apoio Psicológico e Empreendedorismo Social, criando uma consulta de Psicologia Clínica para alunos e uma consulta de Psicologia Social, para apoio e orientação de alunos
- A6.5.2. Ampliação do âmbito de atuação dos serviços: na área da saúde (consultas de fisioterapia e dentária, por exemplo); realização de rastreios à obesidade/nutricional
- A6.5.3. Criação de condições para uma distribuição do horário laboral, ajustado às necessidades familiares dos funcionários

A6.6. Imagem

- A6.6.1. Conceção e implementação de estratégias de divulgação e informação de todos os serviços sociais prestados e promoção de uma comunicação interna e externa de qualidade na relação com o público (interno e externo)



c) COMPROMISSO COM A REGIÃO

7. Projetos e Transferência de Conhecimentos

GAPPI

A diminuição das verbas OE transferidas para as instituições de ensino superior, conjugada com o aumento das contribuições para a CGA e as alterações na taxa do IVA de alguns produtos e serviços essenciais ao funcionamento da universidade obrigam a UBI a procurar alternativas de financiamento que permitam manter uma situação financeira equilibrada.

A captação de receitas próprias depende em grande medida do sucesso das candidaturas a projetos e da prestação de serviços. Para apoiar este processo, a Divisão de Investigação e Planeamento - através do GAPPI-Gabinete de Apoio a Projetos e Promoção da Investigação e do GGPP-Gabinete de Gestão de Programas e Projetos - dinamiza e apoia tecnicamente a formulação de candidaturas a programas nacionais e internacionais de investigação e desenvolvimento, de formação e de mobilidade.

Outra forma de captar recursos financeiros é a transferência de tecnologia e inovação gerada pelos grupos de investigação na UBI, valorizando e comercializando os direitos da Propriedade Industrial. O GAPPI, responsável por esta área, funciona ainda como promotor das *spin-offs* da UBI e formador na área do empreendedorismo, procurando desta forma incentivar estudantes e graduados e lançarem as suas próprias empresas, contribuindo assim para o desenvolvimento regional.

As ações previstas para 2014 são as seguintes:

A7.1.	Reforço da ligação às Instituições de Ensino Superior da região através da candidatura a projetos conjuntos
A7.2.	Organização de sessões de esclarecimento relacionadas com os programas europeus H2020, Life, Interreg Sudoe, Transfronteiriço e Espaço Atlântico, Cyted e Ações Integradas
A7.3.	. Elaboração dos Guias do Empreendedor e do Inventor



- A7.4. . Dinamização de iniciativas empreendedoras (WINUBI 2014)
- A7.5. Promoção de reuniões semestrais das *spin-offs* UBI com *Venture Capitalists* e *Business Angels*
- A7.6. . Reforço da ligação a associações e ordens profissionais
- A7.7. Revisão do *Regulamento de Prestação de Serviços dos Docentes da UBI*

CFIUTE

A formação e a aprendizagem ao longo da vida têm emergido como condição indispensável para assegurar o desenvolvimento económico-social do espaço europeu e a competitividade individual e organizacional. O novo programa quadro, ao definir as prioridades viradas para o crescimento económico com base na qualificação dos recursos humanos na ciência e na inovação, propiciou a abertura de um novo campo de atuação às universidades.

O Centro de Formação Interação UBI/Tecido Empresarial (CFIUTE) desenvolve a sua atividade focada nas necessidades de formativas quer internas, da UBI, quer externas, da sociedade no geral, oferecendo formação certificada.

No ano de 2014 o CFIUTE pretende levar a efeito as seguintes ações:

- A7.8. Conceção de programas formativos que sejam requeridos por entidades externas, incluindo a preparação de formação ajustada a cada caso em função das necessidades detetadas
- A7.9. Preparação de candidaturas de modelo formativo aplicáveis ao tecido empresarial no âmbito nacional e conforme as orientações do Plano Horizonte 2020
- A7.10. Estudo e início da preparação de formação profissional à distância com recurso às tecnologias associadas ao e-Learning e b-Learning
- A7.11. Estudo da introdução de formação de nível executivo para quadros superiores de organizações externas, preparação dos respetivos planos de curso e sua implementação



A7.12.

Garantia de cursos de formação focados no empreendedorismo, com especial relevância para os elementos externos à Universidade

8. Articulação Regional e Nacional

A UBI é um dos atores mais relevantes na região, assumindo-se como agente dinamizador do desenvolvimento económico, social e cultural. Para além de ser um dos maiores clientes de bens e serviços da região, assegura ainda um elevado número de empregos qualificados e atrai anualmente centenas de novos estudantes para a região.

Uma instituição com as potencialidades da UBI tem o dever de se assumir como motor da região envolvente, devendo, por isso, adotar maior proatividade no relacionamento com os atores regionais relevantes, sejam eles câmaras municipais, escolas, associações socio-profissionais, culturais ou desportivas.

A8.1.

Colaboração com a autarquia na dinamização de uma política de requalificação urbana na Covilhã

A8.2.

Organização de ações de formação cursos de Ensino apoiado por TIC destinados aos professores dos 2º e 3º ciclos das escolas da região



d) INTERNACIONALIZAÇÃO

9. Captação de Estudantes e Investigadores Estrangeiros

A redução do número de candidatos ao ensino superior em Portugal e a exigência de parcerias internacionais estáveis como fator essencial para a aprovação de projetos no âmbito do H2020 obrigam a universidade a colocar a internacionalização do topo das suas prioridades.

No campo da captação de alunos, o *Plano 2020* identifica os espaços de vizinhança espanhol, europeu, lusófono e ibero-americano como locais de oportunidade para atração de estudantes. A Estratégia 2020 da União Europeia estabelece como meta uma taxa de participação de 20% de estudantes de ensino superior em programas de mobilidade internacional, pelo que é de esperar que o novo Erasmus + venha a aumentar o número de estudantes IN na UBI. O Estatuto do Estudante Internacional, em fase de aprovação, e os cursos de dupla titulação são outros dois instrumentos de grande potencial para a atração de alunos estrangeiros nas áreas de referência.

9.1 Estudantes

A9.1.	Estabelecimento de protocolos de dupla titulação com universidades brasileiras
A9.2.	Elaboração de candidaturas ao programa Erasmus
A9.3.	Oferta de dez disciplinas transversais lecionadas em Inglês
A9.4.	Melhoria do apoio aos estudantes internacionais, oferecendo, além dos cursos de português, atividades culturais e lúdicas distribuídas ao longo de todo o ano letivo
A9.5.	Criação de páginas Web específicas para estudantes oriundos do espaço ibero-americano
A9.6.	Participação em feiras internacionais de educação superior no âmbito do protocolo com a AICEP
A9.7.	Organização de duas Escolas de Verão. (Ex: Novos materiais e Marketing de Cidades)
A9.8.	Colocação de graduados da UBI nas empresas e organizações internacionais através de programas de mobilidade.



9.2. Professores e Investigadores

A internacionalização da investigação, nomeadamente através da participação em projetos internacionais, constitui um vetor a ser estimulado. A participação dos investigadores em programas de mobilidade é fundamental para o estabelecimento de parcerias que possam dar origem a candidaturas conjuntas.

Os objetivos e a estratégia de internacionalização da UBI expressos no Plano 2020 explicitam as grandes linhas de referência. A operacionalização desta estratégia requer a criação de planos de ação orientados para a abordagem dos desafios que a europeização das políticas e a internacionalização dos fluxos associados às atividades das universidades colocam. Do ponto de vista institucional, realça-se a necessidade de a UBI integrar redes de universidades nos contextos europeu, lusófono e ibero-americano, que partilhem de um posicionamento similar.

À semelhança de outras experiências, estas redes exercem, por um lado, um importante papel na formação da política pública, em que a incidência institucional dos seus efeitos é diferenciada. Por outro, geram oportunidades de cooperação no ensino e na investigação. A internacionalização dos docentes/investigadores e staff implica capacidade de utilização dos instrumentos disponíveis, muitas vezes comprometida, em particular no caso dos docentes, pela ocorrência de conflitos na gestão de prioridades decorrente da organização do calendário letivo e da sua pouca flexibilidade.

Nesse sentido, deverão ser desenvolvidas as seguintes ações:

- | | |
|--------|--|
| A10.1. | Aumento da mobilidade de docentes e funcionários de forma articulada com os objectivos de afirmação de um perfil próprio da UBI |
| A10.2. | Promoção da UBI como sede de encontros científicos internacionais, em particular, nas áreas que pretende como potenciadoras de excelência |
| A10.3. | Incentivo à participação dos investigadores em redes/projectos internacionais, através da promoção da aproximação da sua agenda e das unidades de investigação às prioridades da investigação financiada, da disponibilização de uma logística técnico-administrativa de suporte e do estímulo a um contacto permanente com bases de dados de <i>call for partners</i> . |



II - ORÇAMENTO

1. ENQUADRAMENTO - FINANCIAMENTO DAS UNIVERSIDADES

1.1. Enquadramento

Em 2014, a Universidade da Beira Interior, em linha com toda a Administração Pública que integra, continuará a sentir o efeito extremamente exigente das medidas de ajustamento, definidas pelo Governo, para assegurar o processo de consolidação orçamental e o cumprimento das metas estabelecidas para reverter o défice do Estado, no seguimento do estabelecido na Lei Nº 83-B/2013, que aprova as grandes opções do plano para 2014.

O OE para 2014 inclui várias regras relativas ao funcionamento da Administração Pública, a seguir sumariadas:

1.1.1. - No que se refere ao **ensino superior** o governo mantém os seus objetivos estratégicos, a saber:

- Adequar a oferta formativa às necessidades do país em termos de quadros qualificados, através da divulgação das taxas de empregabilidade por curso e por Instituição de Ensino Superior (IES), da aposta nas áreas de ciências, engenharia, tecnologia, matemática e informática, e da redução de vagas em cursos com reduzida saída profissional. Deu-se ainda início ao processo de criação de uma nova formação a ministrar em ambiente de ensino politécnico, que seja considerada de nível 5 na ISCED (*International Standard Classification of Education*). A oferta de formação deste nível deve ter uma forte inserção regional, materializada na sua criação, definição dos planos de estudos e concretização da componente de formação em contexto de trabalho, na interação obrigatória com as empresas e associações empresariais da região;



- Racionalizar a rede de IES e otimizar a utilização de recursos disponíveis, através do estabelecimento de áreas de coordenação regional e pela fixação de limites mínimos ao número de vagas disponível para cada curso;
- Proceder à densificação da figura jurídica do consórcio entre instituições de ensino superior;
- Reforçar a capacidade de gestão das IES, através da revisão do seu regime jurídico, visando melhorar as condições de agilidade e flexibilidade da sua gestão;
- Assegurar a continuidade da política de ação social, tornando-a mais justa e eficiente, através da manutenção da atribuição de bolsas de estudo a estudantes economicamente carenciados com aproveitamento académico. No ano letivo de 2012-2013, o número de bolsas de estudo atribuídas foi de 58.700, tendo aumentado 4 % em relação ao ano letivo anterior, ao mesmo tempo que o valor médio de bolsa atribuída, incluindo complementos, foi de 2.016 euros [mais 52 euros (+ 2,6 %) do que no ano letivo de 2011-2012];
- Reforçar a atratividade das IES portuguesas para os estudantes estrangeiros, através da aprovação do estatuto do estudante internacional, fomentando a captação destes estudantes e facilitando o seu ingresso através de um regime específico.

1.1.2. - No que se refere à ciência é objetivo estratégico do Programa do Governo para a ciência reforçar as capacidades de investigação científica e tecnológica em Portugal, tendo em vista o desenvolvimento de uma economia baseada no conhecimento e de alto valor acrescentado. O Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN), fruto da sua evolução nas duas últimas décadas, oferece hoje um perfil diversificado de competências científicas e tecnológicas com forte potencial inovador. Importa agora densificar a qualidade do SCTN e reforçar a sua articulação com o tecido empresarial. Assim, os investimentos em I&D têm como linhas orientadoras: promover a excelência, de indivíduos e instituições, em todas as fases do processo de valorização de I&D, desde a investigação fundamental até à inovação no mercado; estimular a atração de cientistas e engenheiros altamente competitivos para as instituições de I&D e empresas, reforçando a sua competitividade no contexto internacional; focalizar os apoios em domínios onde



existam competências distintivas e capacidades instaladas ao nível da I&D&I que revelem vantagens competitivas ou forte potencial de desenvolvimento competitivo; ajustar as políticas de investigação e inovação à diversidade de potencialidades, oportunidades e constrangimentos das diferentes regiões do país. Neste contexto, as GOP 2011-2014 e 2012-2015 identificavam áreas de intervenção prioritárias que visavam:

- i)* assegurar a sustentabilidade e a competitividade internacional do SCTN;
- ii)* aumentar a ligação entre ciência e o tecido produtivo;
- iii)* reequacionar a estrutura do SCTN, através da introdução de mecanismos competitivos de avaliação institucional e de incentivos ao alinhamento com a Estratégia Europa 2020.

Diz também o Governo que continuará a desenvolver um conjunto significativo de medidas em linha com os seus objetivos estratégicos, entre as quais:

- Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia – estrutura de aconselhamento do Governo em matérias transversais de C&T;
- Empreendedorismo e Inovação – Parcerias de Portugal com as universidades americanas Massachusetts Institute of Technology (MIT), Carnegie Mellon University (CMU) e University of Texas at Austin (UTA) – concluída a avaliação independente destas parcerias, foram reformulados os planos de atividades, agora com enfoque exclusivo em atividades de empreendedorismo e inovação, e renovados os contratos por um quinquénio;
- Programa Investigador FCT – reforço qualitativo das instituições nacionais de I&D através do recrutamento de doutorados de elevada competitividade internacional. Em 2014 será lançado o 3º Concurso deste programa;
- Programas de Doutoramento FCT – estes Programas valorizam modelos de formação que combinem ciência e empreendedorismo, bem como consórcios entre universidades e empresas e entre universidades e centros de I&D portugueses e estrangeiros. Em 2014 será lançado concurso para projetos de investigação científica ou desenvolvimento tecnológico que explorem ideias ou conceitos com grande originalidade e ou potencial de inovação;
- Concurso para bolsas individuais de doutoramento e pós-doutoramento em áreas não incluídas nos programas de doutoramento FCT – abertos em 2012 e



2013, continuarão em 2014. No concurso de 2012 foram atribuídas 1854 bolsas;

- Concursos para Projetos de I&D&I internacionalmente competitivos – em 2012 foi aberto concurso nacional, com avaliação internacional, para projetos de I&D&I com tipologias diversificadas e envelopes financeiros diferenciados. Seleccionados 635 projetos em 5.125 candidaturas (13 %). Em julho de 2013, foram abertos concursos nacionais para projetos Exploratórios em todas as áreas científicas e tecnológicas bem como concursos no âmbito das parcerias MIT, CMU e UTA (empreendedorismo e inovação) e Harvard. Em 2014 prosseguirão.
- Concurso para formação avançada em investigação Clínica (Internos Doutorandos), em parceria com o Ministério da Saúde. Este programa pretende contribuir para preparar uma nova geração de médicos altamente qualificados que possam contribuir para uma prática clínica mais racional, para uma investigação mais competitiva e para um ensino mais exigente.
- Durante o primeiro semestre de 2014 será concluída a avaliação internacional do concurso para avaliação e financiamento das instituições nacionais de I&D, cujos resultados determinarão a futura constituição da rede de instituições de I&D em Portugal até 2020.

Em termos de Portugal na Estratégia Europa 2020, há a assinalar:

- Programa Incentivo – medida de estímulo à competitividade internacional das entidades do SCTN;
- Especialização Inteligente – a Fundação para a Ciência e Tecnologia elaborou a análise SWOT: «Diagnóstico do Sistema de Investigação e Inovação: Desafios, Forças e Fraquezas rumo a 2020». Feita em comparação internacional, a análise oferece, pela primeira vez, um retrato nacional, quantitativo e qualitativo, da evolução do Sistema de I&D&I português na última década, identificando perfis diferenciados de especialização científica e tecnológica nas regiões NUTS II, bem como as redes de cooperação entre produtores e exploradores de conhecimento, constituindo um documento essencial para a prossecução de um dos objetivos da Estratégia 2020 – a «Especialização Inteligente»;



- Concurso nacional para preparação de candidaturas às *Knowledge and Innovation Communities* do European Institute of Technology (EIT), que serão abertas pelo EIT em 2014. Estas candidaturas deverão integrar instituições dos três vértices do triângulo do conhecimento – inovação, educação e investigação (empresas, PME, universidades e institutos de investigação) e deverão ter especial enfoque na mobilidade, no empreendedorismo e no mercado;
- Concurso para projetos transnacionais de estímulo à internacionalização da C&T portuguesas e promoção de atividades conjuntas no âmbito de ERA – *Nets, Joint Programming Initiatives e Joint Technology Initiatives*;
- Concurso para o Roteiro Nacional de Infraestruturas I&D – Portugal irá construir o seu primeiro Roteiro Nacional de Infraestruturas de Investigação de Interesse Estratégico para sustentar os avanços nas áreas de prioridade nacional e reforçar a capacidade de participação da comunidade de I&D em projetos europeus e internacionais.

1.1.3. - Relativamente ao Recrutamento de trabalhadores nas instituições de ensino superior públicas refere-se que:

- no caso de docentes e não docentes, investigadores e não investigadores, as instituições de ensino superior públicas não podem proceder a contratações, independentemente do tipo de vínculo jurídico que venha a estabelecer-se, se as mesmas implicarem um aumento do valor total de remunerações dos trabalhadores docentes, investigadores e não docentes e não investigadores da instituição em relação ao valor referente a 31 de dezembro de 2013, ajustado de acordo com redução a remuneratória prevista no artº 33º;
- ainda assim, em situações excecionais, e sob autorização conjunta dos Ministérios das Finanças, da Administração Pública e da Ensino Superior, será possível a contratação para além do limite estabelecido, desde que cumulativamente se observem os seguintes requisitos, fixando caso a caso, o número de contratos a celebrar e o montante máximo a despendar:
- se for demonstrada a existência de relevante interesse público no recrutamento, ponderada a eventual carência de recursos humanos no setor de atividade a que se destina o recrutamento;



- impossibilidade de ocupação de postos de trabalho em causa nos termos previstos nos n.ºs 1 a 5 do art.º 6.º da Lei 12-A/2008 de 27 de fevereiro, ou por recurso a pessoal contratado em situação de mobilidade especial ou a outros instrumentos de mobilidade.
- durante o ano de 2014, o recrutamento excepcional de trabalhadores docentes ou investigadores por instituições do ensino superior público é obrigatoriamente precedido de autorização do reitor, desde que observado o requisito do relevante interesse público, fixando-se, caso a caso, o número máximo de trabalhadores a recrutar, tendo em conta a já referida regra relativa ao não aumento da massa salarial da instituição;
- no âmbito da missão e atribuições das IES, o limite da massa salarial não abrange a contratação de docentes e investigadores, por tempo indeterminado ou indeterminável, para a execução de programas, projetos e prestações de serviços suportados exclusivamente por receitas transferidas da FCT ou receitas próprias dos mesmos programas, projetos ou prestações de serviços;
- durante o ano de 2014 apenas são admitidas as reorganizações de serviços públicos que ocorram no contexto da redução transversal a todas as áreas ministeriais de cargos dirigentes e de estruturas orgânicas, bem como aquelas de que resulte diminuição da despesa;
- durante o ano de 2014 são reduzidas as remunerações totais líquidas mensais das pessoas a que se refere o n.º 9 do art.º 33.º, de valor superior a 675 euros, quer estejam em exercício de funções naquela data quer iniciem tal exercício, a qualquer título, depois dela, nos seguintes termos:
 - para valores superiores a 675 Euros e inferiores a 2000 euros aplica-se uma taxa progressiva que varia entre 2,5% e 12,5, sobre o valor total das remunerações;
 - 12% sobre o valor total das remunerações superiores a 2000 euros.
- durante o ano de 2014, o subsídio de Natal é pago mensalmente, por duodécimos, apurando-se mensalmente com base na remuneração relevante para o efeito, nos termos legais, após a redução remuneratória prevista no artigo 33.º.



- Aumento da taxa relativa ao encargo patronal para a CGA, de 20% para 23,75%;
- Permite-se o posicionamento remuneratório de acordo com a mobilidade interna e ou intercarreiras.

1.2. Financiamento das Universidades Portuguesas

O financiamento das Universidades Portuguesas tem vindo a decrescer nos últimos anos, para níveis que tornam cada vez mais difícil o cumprimento de objetivos e metas traçados nos Planos Plurianuais das Universidades Portuguesas.

A tabela que a seguir se apresenta ilustra a situação e evidencia os cortes muito significativos ocorridos desde o ano de 2008:

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Atualização salarial	±2,2%	±1,5%	±1,5%	±2,1%	±2,9%	±0%	±-8%	±-14%	±-8%
Taxa de contribuição para a CGA	0%	0%	7,50%	11%	11%	15%	15%	15%	20%

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Financiamento real do Estado para as Universidade Públicas (excluindo SAS), em termos comparáveis a 2005	745.790.550 €	730.092.079 €	636.651.037 €	610.958.604 €	621.610.065 €	690.029.725 €	651.915.870 €	602.025.013 €	545.136.257 €

Tabela 1- Evolução da dotação OE para o Orçamento de funcionamento das Universidades Públicas - 2005 a 2013

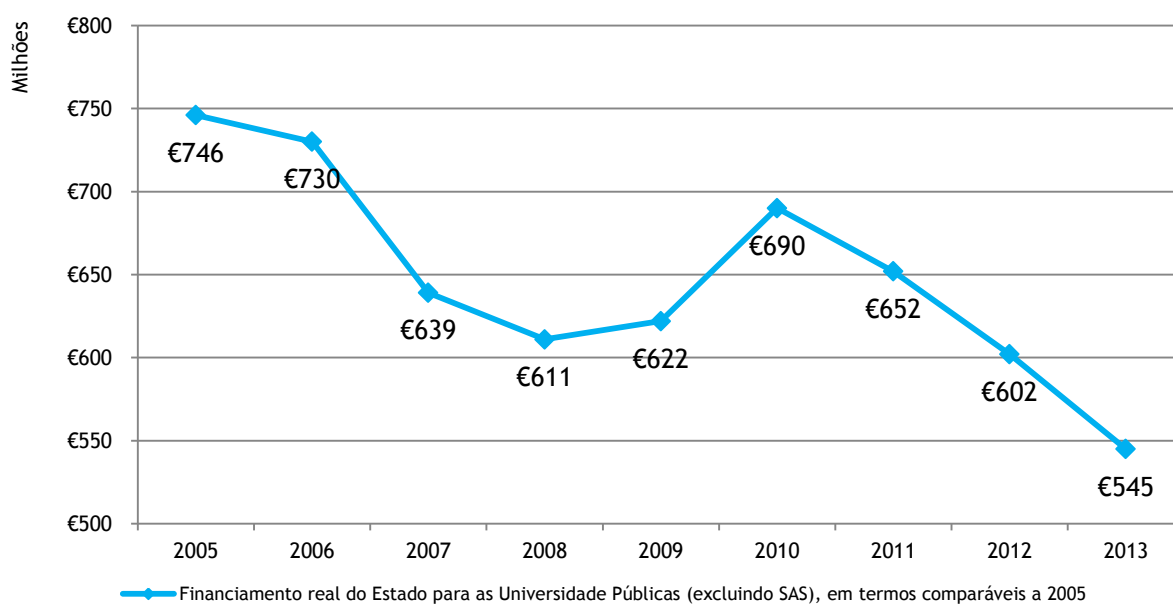


Gráfico 1 - Evolução da dotação OE para o Orçamento de Funcionamento das Universidades Públicas - 2005 a 2013
Notas: Os dados de 2012 e 2013 apresentados são officiosos.



A série representa o financiamento real do Estado para as Universidades Públicas, em termos comparáveis a 2005. Ou seja, tendo por base a dotação OE atribuída em 2005, calcularam-se as dotações reais nos anos subsequentes considerando a variação nominal das dotações atribuídas e o impacto real de atualizações salariais, de aumentos das contribuições para a CGA e TSU, bem como de cortes na dotação em virtude de cativações, despesas com a FCCN, reduções salariais e alterações do pagamento dos subsídios de férias e de Natal. Por exemplo, se de um ano para o seguinte existe um aumento nominal de 1% na dotação atribuída, mas também um aumento de 3% nas remunerações do pessoal, então a dotação real das Universidades terá diminuído cerca de 2%. Esta análise não incidiu sobre o impacto da evolução dos preços de bens e serviços no orçamento das Universidades.

2. O ORÇAMENTO DA UBI PARA 2014

2.1. Linhas Orientadoras do orçamento da UBI para 2014

As principais linhas orientadoras do Orçamento da UBI para 2014 são as que se enunciam:

- Estabelecimento prévio de Fundos disponíveis para Solicitação de Transferência de Fundos (STF);
- Exigência de reportes
 - a) Previsões mensais/anuais de execução orçamental (receita e despesa);
 - b) Compromissos e pagamentos a 90 dias;
 - c) Execução financeira efetiva.
- Outras orientações serão conhecidas com a publicação do decreto de execução orçamental.

A dotação do OE 2014 apresenta uma redução efetiva de 8.31% face à de 2013, em função da redução na massa salarial e como consequência das medidas aprovadas em sede do OE, num valor da ordem dos 1.835.929 €.



Este agravamento do quadro financeiro é ainda mais penalizador quando a correção efetuada pela DGO, correspondente aos cortes nos salários, no montante de 1.936.655 €, foi superior ao que decorre da própria lei do Orçamento de Estado.

Significa isto que, entre as transferências do OE e o total das despesas de pessoal, há uma diferença de cerca de 5.776.381 € que terá de ser integralmente suportada pela Universidade da Beira Interior.

Neste contexto, a receita proveniente do OE 2014 permitirá suportar apenas 77,8% das despesas totais com pessoal da Universidade, considerando já a redução aprovada na massa salarial, numa percentagem ainda inferior ao valor final de 2013.

Considerando o quadro de rigor e contenção de despesas, em linha com as alterações na estrutura de processos financeiros em sentido lato, a Universidade da Beira Interior, na perspetiva de manter a qualidade de ensino e dos serviços prestados, pretende manter o nível de apoio às suas Faculdades, atribuindo as mesmas verbas do ano transato, pelo que enfrentará em 2014 desafios acrescidos.

Assim, na perspetiva orçamental, em 2014, a Universidade terá de conseguir:

- a implementação interna de uma cultura de rigor orçamental e de contenção de custos que, não colocando em causa o normal decurso das atividades, responsabilize os decisores pelas ações assumidas;
- a diversificação das fontes de financiamento que possibilitem o reforço da componente ensino, o incremento da excelência na investigação e a realização dos investimentos considerados prioritários;
- a efetivação de um conjunto de medidas tendentes a racionalizar os consumos energéticos;
- efetuar outsourcing de atividades sempre que, a análise custo benefício, demonstre ser essa a melhor opção para a Universidade.

2. 2. Financiamento da UBI

A dotação de Orçamento de Estado para a Universidade da Beira Interior, em linha com o sucedido nas restantes instituições de ensino superior, foi fixada em Agosto de 2013 no valor de 22.226.094 €. Posteriormente, sofreu uma redução inclusa no



Orçamento de Estado de 2014, que correspondeu a um corte de financiamento de 8,31%, fixando-se num total de 20.262.439 €.

Na tabela 2 é possível observar as variações reais ocorridas nas parcelas recebidas do OE, depois de corrigidos os efeitos da redução remuneratória ou de acréscimos de descontos como o que ocorreu com a CGA. Como se observa, nos últimos 4 anos a parcela transferida do OE tem vindo a diminuir significativamente registando, entre 2010 e 2014 menos cerca de 8 milhões de euros.

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
UBI	21.098.285,00	21.818.247,00	20.237.352,00	21.569.258,00	25.054.112,00	28.024.061,00	24.080.746,00	18.973.272,00	22.098.368,00
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Atualização salarial	2,20%	1,50%	1,50%	2,10%	2,90%	0,00%	-7,90%	(*)	(*)
Taxa de contribuição para a CGA	0%	0%	7,50%	11,00%	11,00%	15,00%	15,00%	15,00%	20,00%
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Valor "nominal" da dotação OE entre N e N-1	(1)	719.962,00	-1.580.895,00	1.331.906,00	3.484.854,00	2.969.949,00	-3.943.315,00	-5.107.474,00	3.125.096,00
Acréscimo de encargos da UBI (Salários+ Contribuições CGA)	(2)	414.778,87	1.865.872,27	1.871.741,00	1.403.167,03	1.034.700,71	-1.418.747,74	-3.670.727,00	4.608.474,52
Variação "real" de dotação OE entre N e N-1	(3)	305.183,13	-3.446.767,27	-539.835,00	2.081.686,97	1.935.248,29	-2.524.567,26	-1.436.747,00	-1.483.378,52

cálculos: (3)=(1)-(2)

• - Valor oficial indisponível

Tabela 2 - UBI: Evolução real da Dotação OE até 2012 - atualizações salariais e contribuições CGA em 2013 - cortes no financiamento, devido a reduções salariais e cativações

2.3. Origem e Aplicação de Fundos - Evolução

2.3.1. Origem de Fundos

	2009	Peso %	2010	Peso %	2011	Peso %	2012	Peso %	2013	Peso %	2014	Peso %
Saldos da Gerência Anterior	1.712.002	4,3%	7.227.506	15,2%	8.746.416	17,7%	8.763.348	19,0%	11.141.075	23,5%	10.946.532	26,9%
Orçamento Estado	25.054.112	62,5%	28.024.061	58,9%	24.080.746	48,6%	18.973.272	41,2%	22.098.368	46,5%	20.262.439	49,8%
PIDDAC	647.500	1,6%	400.000	0,8%	72.917	0,1%	175.000	0,4%	175.000	0,4%	100.000	0,2%
Receitas Próprias	7.871.705	19,6%	8.842.191	18,6%	8.949.312	18,1%	8.903.767	19,3%	9.094.093	19,1%	8.903.767	21,9%
Projetos	4.815.695	12,0%	3.076.289	6,5%	7.667.255	15,5%	9.244.345	20,1%	4.984.033	10,5%	480.006	1,2%
Total	40.098.014	100,0%	47.570.047	100%	49.513.645	100,0%	46.059.732	100,0%	47.492.539	100,0%	40.692.744	100,0%

Tabela 3 - Origem de Fundos - evolução e pesos



Daqui resultam as seguintes ilações:

- A trajetória ascendente de saldos transitados até 2013;
- O decréscimo tendencial das verbas recebidas do OE desde 2010, só interrompido em 2013;
- O financiamento proveniente do PIDDAC - Programa de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central, manifestamente residual desde 2011;
- Estabilização das Receitas Próprias ao longo dos anos;
- Redução prevista para 2014 em projetos. Não foram aqui consideradas candidaturas submetidas ao QREN, no valor de 3,5 milhões de euros, nesta data ainda não aprovadas e, por esse facto não consideradas. Verificando-se essa aprovação, o valor desta rúbrica situar-se-á ao nível do ano anterior.

O gráfico seguinte evidencia a situação:

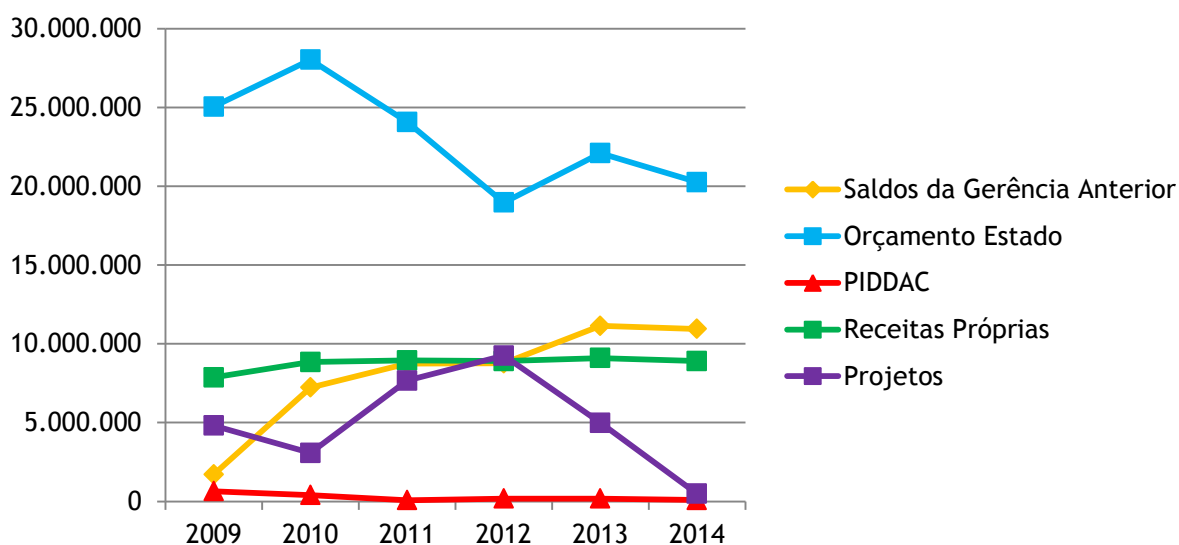


Gráfico 2 - Origem de Fundos - evolução



2.3.2. Aplicação de Fundos

A tabela 4, que se apresenta, reflete a aplicação de fundos prevista no Orçamento da UBI para 2014, comparativamente com os últimos anos:

	2009	Peso %	2010	Peso %	2011	Peso %	2012	Peso %	2013	Peso %	2014	Peso %
Pessoal	27.496.955	68,57%	28.554.841	60,03%	26.859.733	54,25%	23.084.286	50,20%	27.627.757	58,17%	26.038.820	63,99%
Bens e Serviços	4.561.824	11,38%	5.316.895	11,18%	5.261.103	10,63%	8.209.317	17,84%	6.684.560	14,07%	3.326.507	8,17%
Correntes	32.058.779	79,95%	33.871.736	71,20%	32.120.836	64,87%	31.293.603	68,04%	34.312.317	72,25%	29.365.327	72,16%
Edifícios					882.445	1,78%	1.628.249	3,54%	125.314	0,26%		
Construções Diversas	112.212	0,28%	128.985	0,27%	1.213.538	2,45%	1.190.940	2,59%	674.079	1,42%	150.000	0,37%
Material Informático	130.641	0,33%	679.157	1,43%	505.206	1,02%	307.504	0,67%	721.277	1,52%	66.000	0,16%
Maquinaria e Equipamento	93.243	0,23%	74.982	0,16%	51.872	0,10%	42.948	0,09%	46.385	0,10%	44.885	0,11%
Equipamento Básico	510.309	1,27%	4.071.771	8,56%	5.976.400	12,07%	451.721	0,98%	666.635	1,40%	120.000	0,29%
Inv. Incorpóreos							3.692	0,01%				
Investimentos	845.405	2,11%	4.954.895	10,42%	8.629.461	17,43%	3.625.054	7,88%	2.233.690	4,70%	380.885	0,94%
Total das Despesas	32.905.184	82,06%	38.826.631	81,62%	40.750.297	82,30%	34.918.657	75,93%	36.546.007	76,95%	29.746.212	73,10%
Saldo	7.192.832	17,94%	8.743.416	18,38%	8.763.348	17,70%	11.141.075	24,07%	10.946.532	23,05%	10.946.532	26,90%
Total	40.098.016	100,00%	47.570.047	100,00%	49.513.645	100,00%	46.059.732	100,00%	47.492.539	100,00%	40.692.744	100,00%

Tabela 4 - Aplicação de Fundos - evolução e pesos

Da sua leitura resultam as seguintes observações:

- Aumento do peso das despesas de pessoal no contexto do Orçamento (de 58,17% em 2013 para 63,99 % em 2014), em resultado do aumento da comparticipação para a CGA;
- Redução significativa nas aquisições de bens e serviços (- 50,2% em relação a 2013):
- Manutenção do saldo previsto para 2014, ainda assim a representar cerca de 27% do total do Orçamento;



O gráfico que, de seguida, se apresenta mostra a situação:

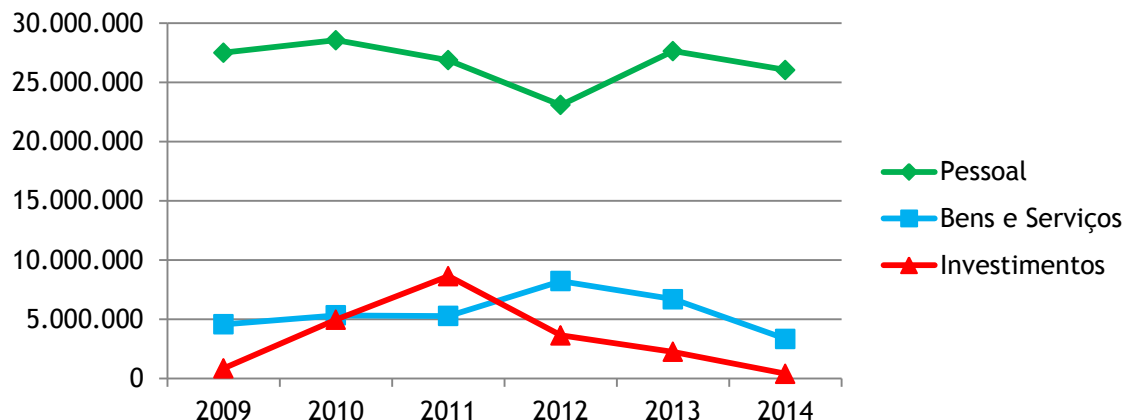


Gráfico 3 - Aplicação de Fundos - evolução

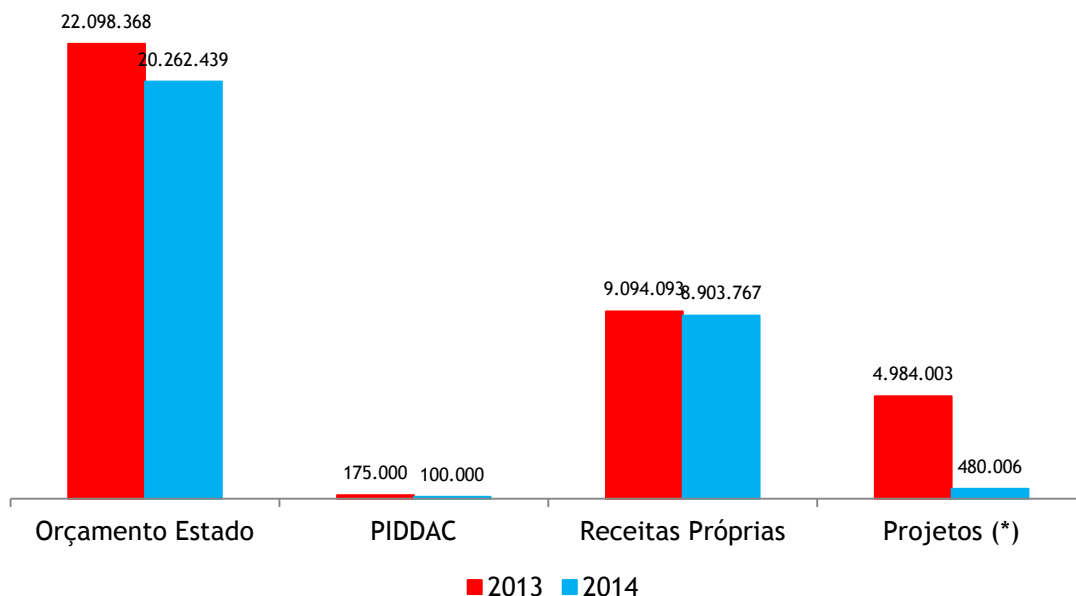
2.4. Estrutura da receita

O orçamento de receita de 2014 apresenta uma variação negativa de 6.605.252 euros face ao ano de 2013, o que equivale a - 18,17 %. Mesmo tendo em atenção que o valor dos projetos se atualizam no decurso do ano económico e tomando os dados de 2013, existe uma variação negativa e penalizadora para a Universidade da Beira Interior, resultante das transferências do OE, como se pode observar na tabela 5.

	2013	Peso %	2014	Peso %
Orçamento Estado	22.098.368	60,79%	20.262.439	68,12%
PIDDAC	175.000	0,48%	100.000	0,34%
Receitas Próprias	9.094.093	25,02%	8.903.767	29,93%
Projetos (*)	4.984.003	13,71%	480.006	1,61%
Totais	36.351.464	100,00%	29.746.212	100,00%

(*) Ao longo do ano a receita dos projetos vai sendo atualizada. Estão candidatados 3,5 milhões €.

Tabela 5 - Receita - variação 2013-2014



(*) Ao longo do ano a receita dos projetos vai sendo atualizada.

Gráfico 4 - Receita - variação 2013-2014

Como se observa no gráfico 4, prevê-se uma diminuição das receitas próprias entre os anos de 2013 e 2014. De notar que o número de alunos matriculados no corrente ano letivo registou uma redução de cerca de 6%, em resultado de desistências por falta de condições económicas.

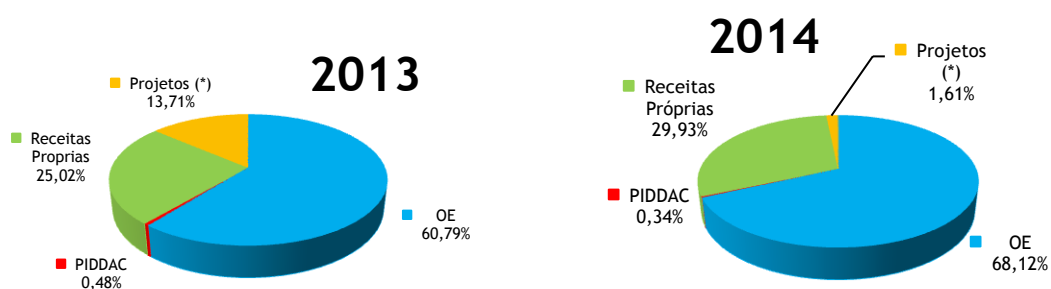


Gráfico 5 - Receita - peso - variação 2013-2014

Percentualmente, verifica-se o cada vez maior peso do OE em relação à restante estrutura da receita. Em 2013 o OE teve um peso de 60,79% enquanto os projetos atingiram um valor relativo de cerca de 14%.

Não é possível ponderar o peso concreto da estrutura da receita para 2014 devido à atualização realizada durante o decorrer do ano económico, contudo pode



provisoriamente constatar-se um peso de 68% do OE e apenas uma exigua percentagem do PIDDAC de 0,3% em relação ao orçamento total.

Na tabela seguinte apresenta-se a distribuição da receita por fonte de financiamento: Orçamento de Estado, Receitas Próprias e Investimentos do PIDDAC.

Prog.	Medida	Classif. Económica	Fonte Fin.	Designação	Previsão	Peso
014	018	06 03 01	311	Orçamento Estado/Ministério Educação e Ciência	20.262.439,00	68,1%
014	018	06 03 07	319	SFA - Correntes	27.987,00	0,1%
014	018	10 03 08	319	SFA - Capital	359.586,00	1,2%
014	018	06 03 10	359	SFA - Correntes	11.472,00	0,0%
014	018	10 03 09	359	SFA - Capital	80.961,00	0,3%
				Orçamento de Estado + Projetos	20.742.445,00	69,73%
014	018	04 01 22	510	Propinas	7.403.767,00	24,9%
014	018	04 01 99	510	Taxas	400.000,00	1,3%
014	018	04 02 99	510	Multas	1.000,00	0,0%
014	018	05 03 02	510	Rend. Propriedade - Ad. Central - Estado - IGCP	30.000,00	0,1%
014	018	06 01 02	510	Trans. Privadas	450.000,00	1,5%
014	018	06 07 01	510	Inst. Sem Fins Lucrativos	35.000,00	0,1%
014	018	07 01 02	510	Lucros e documentação técnica	4.000,00	0,0%
014	018	07 01 03	510	Publicações e Impressos	40.000,00	0,1%
014	018	07 01 08	510	Mercadorias	7.500,00	0,0%
014	018	07 01 99	510	Outros bens	25.000,00	0,1%
014	018	07 02 01	510	Aluguer de espaços e equipamentos	120.000,00	0,4%
014	018	07 02 02	510	Estudos, pareceres, projetos e consultoria	200.000,00	0,7%
014	018	07 02 03	510	Vistorias e ensaios	5.000,00	0,0%
014	018	07 02 04	510	Serviços de laboratório	5.000,00	0,0%
014	018	07 02 08	510	Serviços Sociais, recreativos, culturais e desporto	42.500,00	0,1%
014	018	07 02 99	510	Outros Serviços	100.000,00	0,3%
014	018	07 03 99	510	Outras	15.000,00	0,1%
014	018	08 01 99	510	Outras receitas correntes	20.000,00	0,1%
				Receitas Próprias	8.903.767,00	29,93%
Total Funcionamento					29.646.212,00	99,66%
014	018	100 301	311	Estado OE/MEC	100.000,00	0,34%
Total Investimento (PIDDAC)					100.000,00	0,34%
Total do Orçamento					29.746.212,00	100,0%

Tabela 6 - Distribuição da receita por fonte de financiamento



2.5. Estrutura da despesa

	2013	Peso %	2014	Peso %
Pessoal	27.627.757	75,60%	26.038.820	87,54%
Bens e Serviços	6.684.560	18,29%	3.326.507	11,18%
Correntes	34.312.317	93,89%	29.365.327	98,72%

Edifícios	125.314	0,34%		
Construções Diversas	674.079	1,84%	150.000	0,50%
Material Informático	721.277	1,97%	66.000	0,22%
Maquinaria e Equipamento	46.385	0,13%	44.885	0,15%
Equipamento Básico	666.635	1,82%	120.000	0,40%
Inv. Incorpóreos				
Investimentos (*)	2.233.690	6,11%	380.885	1,28%
Total das Despesas	36.546.007	100,00%	29.746.212	100,00%

(*) Incluído o PIDDAC.

Tabela 7 - Despesa - variação 2013-2014

No total da despesa para 2014 não estão contabilizados os projetos submetidos ao QREN, no valor aproximado de 3,5 milhões de euros que, se financiados, farão equilibrar a componente de investimento para níveis dos anos transatos.

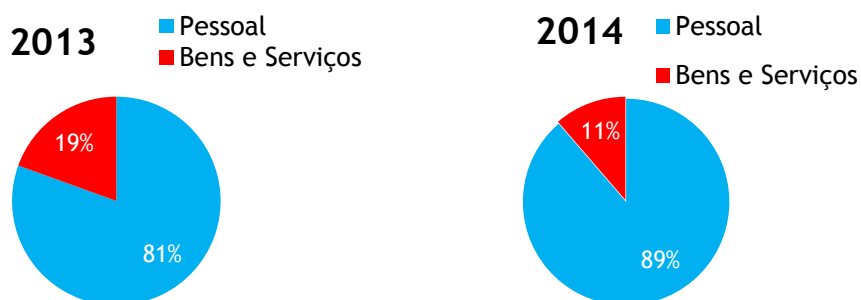


Gráfico 6 - Despesa - variação 2013-2014

Da análise do gráfico resulta que o peso da rubrica de Pessoal, em relação à rubrica de Bens e Serviços, cresce de 2013 para 2014. De facto, constata-se que passamos de um valor percentual de 81% para 89%, devido principalmente à contenção de custos em bens e serviços prevista para 2014.



Quanto a **despesas correntes e de investimento**, verifica-se que, de 2013 para 2014, as despesas correntes têm uma redução de 14,42%, enquanto as verbas consignadas a investimento serão reduzidas em cerca de 83%. Tudo somado, a variação negativa em valores absolutos ascende a quase 5 milhões de euros (4.946.990), circunstância que penaliza fortemente a UBI, podendo condicionar o seu funcionamento normal.

	2013	Var. %	2014
Correntes	34.312.317	-14,42%	29.365.327
Investimentos (*)	2.233.690	-82,95%	380.885

Tabela 8 - Despesas correntes e investimento - variação 2013-2014

A tabela seguinte permite validar o valor do orçamento de despesa e a respetiva repartição entre rúbricas.

As despesas com pessoal têm uma fatia de quase 90% da estrutura de custos. As restantes despesas refletem as restrições a que estamos obrigados e as limitações à sua realização, circunstância que poderá condicionar o bom funcionamento organizacional da Universidade durante o ano de 2014.

Capítulos	Valor	Peso (%)
Despesas Correntes	29.365.327	98,72%
01 Despesas com Pessoal	26.038.820	87,54%
02.01 Aquisição de bens	739.445	2,49%
02.02 Aquisição serviços	1.769.355	5,95%
04 Transferências Correntes	696.073	2,34%
06 Outras despesas	121.634	0,41%
Despesas Capital	380.885	1,28%
Total	29.746.212	

Tabela 9 - Repartição do orçamento por rúbricas



3. ORÇAMENTO DOS SASUBI PARA 2014

A evolução da execução orçamental dos SASUBI de 2009 a 2013 e o orçamento para 2014 é a que se apresenta na seguinte tabela:

Valores em euros

	2009	2010	2011	2012	2013	2014 (*)
1 - Pessoal	1.298.506	1.195.722	1.149.215	1.027.424	1.077.252	936.542
2 - Despesas Correntes (2.1+2.2)	5.521.831	5.260.814	1.662.661	1.554.164	1.504.468	1.614.518
2.1 Funcionamento	1.282.630	1.377.829	1.491.616	1.457.379	1.385.969	1.562.477
2.2 Transf. e Out. Desp. Corr.	4.239.201	3.882.985	171.045	96.785	118.499	52.041
3 - Capital	97.026	202.795	164.338	142.949	75.653	71.691
4 - TOTAL Despesa (1+2+3)	6.917.363	6.659.331	2.976.214	2.724.537	2.657.373	2.622.751
5 - Receitas Próprias	1.626.683	1.696.592	1.782.835	1.724.437	1.840.109	1.720.000
6 - Receitas OGE	5.290.680	4.962.739	1.193.379	1.000.100	817.265	902.751
Peso das Receitas Próprias (%)	23,5%	25,5%	59,9%	63,3%	69,2%	65,6%

Tabela 10 - Evolução execução orçamental SASUBI

(*) - Previsão

As conclusões que do mesmo se extraem são:

- Decréscimo constante nas Despesas com Pessoal, em resultado dos cortes vindos a aplicar nas remunerações;
- As despesas de funcionamento mostram uma tendência de subida nos valores previstos para 2014 devido aos acréscimos de preços previstos para 2014, sobretudo no que respeita a despesas relacionadas com consumos energéticos, colocando a necessidade de uma contínua aposta em energias alternativas ao nível das residências universitárias e das unidades alimentares e desportivas dos SASUBI;
- Após o triénio 2010-2012 caracterizado por significativo investimento, prevê-se para 2014 a manutenção dos níveis de 2013 com uma ligeira redução de 5%;
- Relativa estabilidade das Receitas Próprias, prevendo-se decréscimo em 2014 de cerca de 6,5%;



3.1. Estrutura da Receita

A tabela e gráfico seguintes descrevem a tipologia de Receitas dos SASUBI e a previsão para 2014, relacionada com o ano de 2013.

	2013	Var. %	2014
1 - Estado	941.888,00	-4%	902.751,00
2 - Total Orçamento de Estado	941.888,00	-4%	902.751,00
3 - Participação Portuguesa Projectos Comunitários	3.219,61	-	-,--
4 - Produtos Alimentares e Bebidas	824.303,00	-10%	743.286,00
5 - Aluguer de Espaços e Equipamentos	142.316,00	-2%	139.053,00
6 - Actividades de Saúde	5.578,00	-21%	4.398,00
7 - Alimentação e Alojamento	846.899,00	-3%	818.659,00
8 - Outros	17.793,10	-18%	14.604,00
9 - Total das Receitas Próprias (3+4+5+6+7+8)	1.840.108,71	-7%	1.720.000,00

Tabela 11 - Receita SASUBI - variação 2013-2014

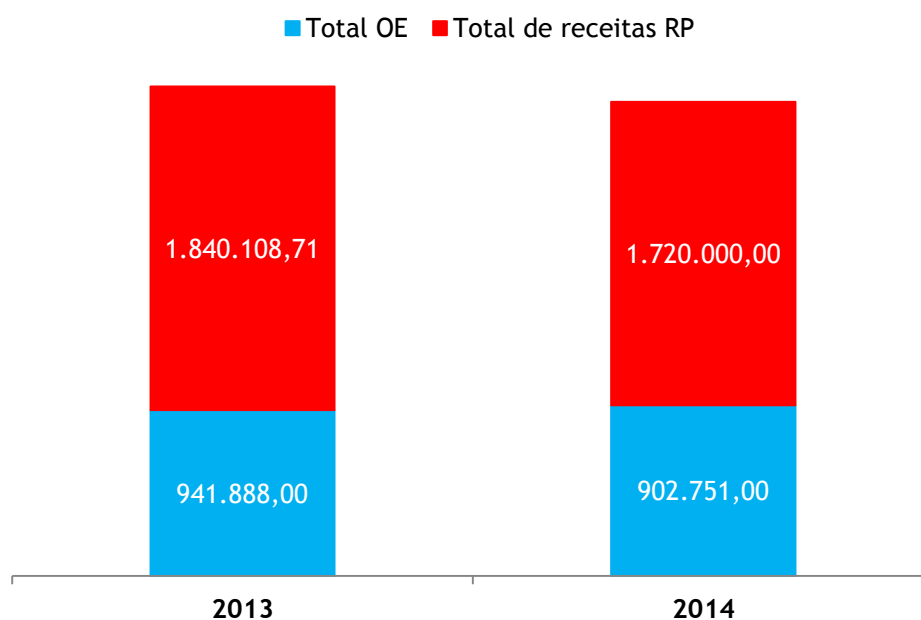


Gráfico 7 - Receita SASUBI - variação 2013-2014



Da sua análise resultam as seguintes conclusões:

- Redução da verba prevista em OE em cerca de 4,2%;
- Redução generalizada nas diferentes rubricas, nomeadamente as verbas relativas à venda de Produtos Alimentares, Cafeteria, Alimentação e Alojamento;

3.2. Estrutura da Despesa

A tabela e gráfico seguintes descrevem a tipologia das Despesas dos SASUBI e a previsão para 2014, relacionada com o ano de 2013.

	2013	Var. %	2014
1 - Remunerações Certas e Permanentes	875.800,24	-16%	739.633,00
2 - Abonos Variáveis e Eventuais	0,00	0%	968,00
3 - Segurança Social	58.778,71	176%	162.150,00
4 - Total das Despesas com o Pessoal OE (1+2+3)	934.578,95	-3%	902.751,00
5 - Remunerações Certas e Permanentes	13.456,00	111%	28.438,00
6 - Abonos Variáveis e Eventuais	1.216,53	-100%	0,00
7 - Segurança Social	128.000,48	-96%	5.353,00
8 - Total das Despesas com o Pessoal RP (5+6+7)	142.673,01	-76%	33.791,00
9 - Total das Despesas c/ Pessoal RP+OE (4+8)	1.077.251,96	-13%	936.542,00
10 - Aquisição de Bens	670.863,59	8%	725.798,00
11 - Aquisição de Serviços	715.105,47	17%	836.679,00
12 - Transferências Correntes	118.499,39	-56%	52.041,00
13 - Total das Despesas Correntes RP (10+11+12)	1.504.468,45	7%	1.614.518,00
14 - Investimentos	75.652,80	-5%	71.691,00
15 - Total das Despesas RP (8+13+14)	1.722.794,26	0%	1.720.000,00
16 - Total do Orçamento (4+15)	2.657.373,21	-1%	2.622.751,00

Tabela 12 - Despesa SASUBI - variação 2013-2014

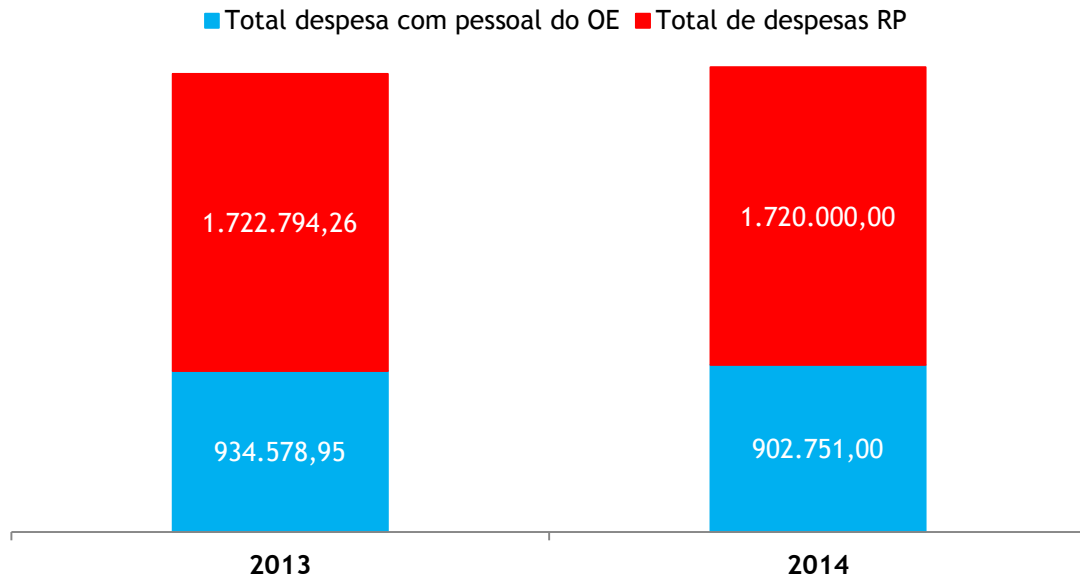


Gráfico 8- Despesa SASUBI - variação 2013-2014

Analisando as componentes, é possível verificar:

- Aumento da taxa de cobertura das despesas com Pessoal suportadas pelo Orçamento de Estado de 86,8% em 2013 para 96,4% em 2014;
- Aumento da despesa com aquisição de bens (8,1%) e serviços (17%);
- Acentuada redução nas despesas correspondentes a transferência correntes (-56%);
- Ligeira diminuição na rubrica de investimentos (- 5%).



4. MAPAS DE PESSOAL

Mapa do Pessoal Não Docente

Categoria	Comissão de Serviço	CTTP-T. Ind.	CTTP-T.Certo	Projetos	Total
Administrador	1				1
Chefe de Divisão	9				9
Diretor S. Académicos	1				1
Téc. Medicina		3			3
Informáticos		23			23
Técnicos Superiores		65	1		66
Assistentes Técnicos e Coordenadores Téc.		91	1		92
Assistentes Operacionais		67	2		69
Total	11	249	4	0	264

Tabela 13 - Pessoal Não Docente

Mapa do Pessoal Docente

Categoria	Total de Docentes	Artes e Letras	Ciências	Engenharias	Ciências da Saúde	C. Sociais e Humanas
Professor Catedrático por Tempo Indeterminado em Regime Tenure	22	2	6	8	2	4
Professor Catedrático Convocado	1	0	0	0	1	0
Professor Associado c/ Agregação por Tempo Indeterminado em Regime Tenure	16	4	1	6	0	4
Professor Associado por Tempo Indeterminado em Regime Tenure	28	0	10	7	6	5
Professor Associado Convocado c/ Agregação	1	0	0	1	0	0
Professor Associado Convocado	47	0	0	1	43	0
Professor Auxiliar c/ Agregação por Tempo Indeterminado	5	1	3	1	0	3
Professor Auxiliar c/ Agregação por T. Ind. Em Período Experimental	2	0	0	0	0	0
Professor Auxiliar por Tempo Indeterminado	160	18	59	47	10	32
Professor Auxiliar Convocado	26	8	0	4	18	3
Professor Auxiliar por Tempo Indeterminado em Período Experimental	91	9	16	22	17	19
Professor Auxiliar por Tempo Indeterminado em Período Experimental c/ Agregação	1	0	0	0	0	1
Assistente	19	4	1	4	2	4
Assistente Convocado	265	19	0	10	226	12
Leitor	4	4	0	0	0	0
Total	688	69	96	111	325	87

Tabela 14 - Pessoal Docente



MAPA DO PESSOAL DOS SASUBI

Categoria	Contrato por tempo indeterminado
Técnico Superior	5
Assistente Técnico	8
Assistente Operacional	64 (*)
TOTAL	77

Tabela 15 - Pessoal SASUBI